

Tabla

FATIMA MERNISSI

**O
H A R É M**

O PROFETA E AS MULHERES

**P O L Í
T I C O**

TRADUÇÃO
MARÍLIA SCALZO

“Uma mulher pode governar os muçulmanos?”, perguntei ao dono da mercearia que frequento e que é, como a maioria dos donos de mercearia no Marrocos, um verdadeiro termômetro da opinião pública.

“Que Deus me proteja!”, ele exclamou, indignado, apesar da nossa amizade. Perdendo o ar e horrorizado com a ideia, quase deixou cair a meia dúzia de ovos que eu acabara de comprar.

“Que Deus nos proteja das catástrofes do tempo”, murmurou um cliente que comprava azeitonas, esboçando o gesto de cuspir. O dono da mercearia era obcecado por limpeza: nem mesmo a denúncia de uma heresia, segundo ele, justificaria sujar o chão.

Foi então que um segundo cliente, um professor que eu conhecia da banca de jornal, recitou, acariciando lentamente as folhas de hortelã úmidas de seu buquê, um *hadith* que ele sabia ser fatal: “Nunca conhecerá a prosperidade o povo que confiar seus negócios a uma mulher!”. Fez-se silêncio à nossa volta; eu acabara de perder o jogo. Numa teocracia muçulmana, um *hadith* não é uma coisa qualquer. As compilações de *hadiths* são documentos em que são registradas minuciosas descrições do que o Profeta fez ou disse. Essas compilações constituem, com o Alcorão (o Livro revelado), ao mesmo tempo a fonte das leis, a referência e o padrão para distinguir o verdadeiro do falso, o permitido do proibido, a ética e os valores.

Saí discretamente da mercearia sem dizer mais nada. O que poderia se contrapor à força desse aforismo político tão implacável quanto popular?

Perplexa, derrotada e furiosa, senti imediatamente a necessidade imperiosa de me informar sobre esse *hadith*, de procurar os textos em que ele é mencionado, de entender melhor seu incrível poder sobre modestos cidadãos de um Estado moderno.

Uma olhada nas estatísticas das eleições no Marrocos confirma as “profecias” ouvidas na mercearia. Se a Constituição dá às mulheres o direito de votar e de serem eleitas, a *realpolitik* só lhes concede a primeira parte. Nas eleições legislativas de 1977, 6,5 milhões de eleitores, dentre os quais 3 milhões de mulheres, não deram nenhuma chance às oito candidatas que se apresentaram nas eleições. No dia da posse no Parlamento, não havia nenhuma mulher, apenas homens, assim como nos cafés. Seis anos depois, nas eleições municipais de 1983, 307 mulheres criaram coragem e se apresentaram como candidatas, e quase 3,5 milhões de eleitoras se mobilizaram para ir às urnas. Apenas 36 mulheres conseguiram ser eleitas, contra 65.502 homens.¹

Interpretar o relatório de modo a ver a participação massiva de mulheres eleitoras em relação ao número restrito de eleitas como um sinal de estagnação e de atraso iria na direção dos estereótipos comuns reservados ao mundo árabe. Seria mais inteligente considerar esse fato um reflexo da intensidade dos conflitos que impulsionam mudanças, como as aspirações de mulheres que levam a sério a Constituição de seu país e a resistência de homens que acreditam, apesar da legislação em vigor, que o poder é necessariamente masculino. Daí o interesse de iluminar essas zonas obscuras de resistência, essas mentalidades profundas, para apreciar o significado simbólico, isto é, explosivo, desse gesto — em outros lugares banal — que é o voto de uma mulher. A esse respeito, minha desventura numa mercearia de bairro não foi apenas simbólica; ao revelar o comportamento misógino de meus interlocutores, ela me indicou a pista a seguir para compreendê-lo melhor: a dos textos religiosos que todo mundo conhece, mas que ninguém explora de verdade, com exceção das autoridades no tema: mulás e imãs.

1 Informações retiradas do relatório *Les Femmes marocaines dans le développement économique et sociale, décennie 1975-1985*, do Ministério do Artesanato e dos Assuntos Sociais do Reino do Marrocos, Rabat, 1984.

Consultar a literatura religiosa não é tarefa simples; em primeiro lugar, nós nos confundimos com o número de volumes e logo entendemos por que um muçulmano médio nunca vai saber tanto quanto um imã. A prestigiosa coletânea de *hadiths* conhecida como *Sahih*, de Al-Bukhari, compreende quatro tomos com um comentário obscuro de um Al-Sindi muito avaro com seus conhecimentos (AL-BUKHARI, 1978: V.IV-226). Sem um comentário muito bom, porém, um não especialista tem dificuldade para ler um texto religioso do século IX (Al-Bukhari morreu no ano 256 do calendário muçulmano, que começa em 622 no calendário cristão), pois, para cada *hadith*, é preciso localizar a identidade do discípulo do Profeta que o proferiu, em que circunstâncias e com que finalidade, assim como a cadeia de transmissores que veio depois; além disso, existem mais *hadiths* falsos do que autênticos. Para cada *hadith*, Al-Bukhari apresenta o resultado de sua pesquisa: se ele fala de X ou Y, é preciso averiguar de que discípulo e de que batalha se trata, para poder dar um sentido ao diálogo ou à cena transcrita. Além do mais, Al-Bukhari não catalogou apenas um narrador, mas vários, que ocupam dezenas de volumes; portanto, é melhor não se enganar: o menor erro em relação ao narrador pode custar alguns meses de leitura.

Como identificar o melhor transmissor? Primeiro, é preciso entrar em contato com os maiores especialistas em *fiqh* (ciência religiosa) que moram na mesma cidade que você: segundo a deontologia e as convenções tradicionais, se pedir a um faqui que o informe sobre as origens de um *hadith* ou de um versículo corânico, ele é obrigado a fazer isso. A ciência deve ser compartilhada, segundo a vontade do próprio Profeta. *Fath al-bari*, de Al-‘Asqalani (morto no ano 852 da Hégira, século XV), foi recomendado a mim por muitos:² ele tem dezessete volumes que podem ser consultados

2 O *Huda al-sari muqaddimat fath al-bari*, comumente chamado de *Fath al-bari fi charh Sahih al-Bukhari*, ou simplesmente *Fath al-bari*, de Ibn Hajar al-‘Asqalani, é o texto de Al-Bukhari comentado por ele. Como usei duas edições diferentes de

nas bibliotecas no seu horário de funcionamento, o que, dados o tamanho da tarefa e o tempo de leitura bastante limitado, é muito desencorajador.

O professor da mercearia tinha razão: o *hadith* “Nunca conhecerá a prosperidade o povo que confia seus negócios a uma mulher” estava mesmo no volume XIII do *Sahih* de Al-Bukhari, portanto se encontra entre aqueles que ele classificou como autênticos, depois de uma seleção rigorosa, por meio de verificações e contraverificações. Faz doze séculos que Al-Bukhari é uma das referências mais respeitadas no assunto. Esse *hadith* é usado como um argumento contundente para quem quer excluir as mulheres da política. É encontrado também nos textos de autoridades conhecidas por seu rigor científico, como Ahmed ibn Hanbal, autor do *Musnad*, fundador da *madhab* hambalita, uma das quatro grandes escolas de jurisprudência que dividem o mundo muçulmano sunita.³

Esse *hadith* é tão importante que é praticamente impossível abordar a questão dos direitos políticos das mulheres sem fazer referência a ele, debatê-lo e tomar uma posição diante dele. Fuad Abd al-Munim, por exemplo, no capítulo de sua tese publicada em 1976, intitulado “Princípio da igualdade no Islã e o problema da mulher”, retoma todos os debates em torno desse *hadith*, desde o

acordo com as bibliotecas frequentadas, especificarei a cada vez a edição utilizada. Quanto ao *hadith* que nos diz respeito, sobre a necessidade de excluir as mulheres do poder, ele se encontra, respectivamente, na página 46 do volume XIII da edição de Al-Matbaa Al-Bahiya Al-Misriya (edição de 1928) e na página 166 do volume XVI da edição de Matbaat Mustafa al-Halabi (edição de 1959-1963).

3 O mundo muçulmano é dividido em dois: sunitas (ortodoxos) e xiitas (“os partidários de Ali”). Cada grupo tem, em matéria de *fiqh* (ciência religiosa), como fonte da charia, da legislação e da lei, textos específicos. Os sunitas se dividem entre quatro *madhahib* (escolas). Os maliquitas seguem Malik ibn Anas (717-795 do calendário cristão). Os hanafitas seguem a *madhab* de Abu Hanifa (morto em 767). Os chafitas seguem Al-Chafi (morto no ano 820). Finalmente, os hambalitas seguem Ibn Hanbal (morto no ano 855). As diferenças entre eles se resumem, frequentemente, a meros detalhes de técnicas jurídicas.

século IX, sem, no entanto, elaborar a partir daí uma reflexão pessoal e contemporânea em torno da questão. Qualquer tentativa de refletir sobre o problema do status político é devorada pelo debate sobre esse *hadith*, onipresente e onisciente.

O livro *Huquq al-mara fi al-Islam* (Os direitos da mulher no Islã), de Muhammad Arafa, sustenta que, além de a mulher não ter nenhum direito, ela não existe na história política.

No início do Islã, a mulher muçulmana não tinha nenhum papel nos assuntos públicos, apesar de todos os direitos que o Islã lhe deu, que eram muitas vezes similares aos do homem. Quando os discípulos do Profeta se reuniram na *saqifa* dos Banu Saïda, para designar seu sucessor, não foi feita nenhuma menção a uma participação feminina. Não temos nenhuma pista da participação delas na designação dos outros três califas ortodoxos. A história do Islã inteira ignora a participação das mulheres ao lado dos homens na direção dos negócios de Estado, tanto no nível da decisão política quanto no do planejamento estratégico. (ARAFÁ, 1980: 149)

Como esse autor classifica, então, Aicha, a mulher do Profeta que comandou uma oposição armada contra o califa que reinava na época? Ele não pode ignorá-la sem perder sua credibilidade, pois se refere aos primeiros decênios do Islã. O Profeta morreu em Medina numa segunda-feira, 8 de junho de 632. Sua mulher Aicha, que tinha apenas dezoito anos na ocasião, foi para o campo de batalha aos 42, à frente de um exército que contestava a legitimidade do quarto califa ortodoxo, Ali. Isso aconteceu em Basra, em 4 de dezembro de 656 (segundo dia do mês do Jumada do ano 36 da Hégira). Não seria participar da vida política contestar o califa levando a população para a sedição e a guerra civil?

Na verdade, Aicha teve um papel determinante na vida de dois califas, contribuindo para a desestabilização do governo do terceiro califa, Uthman, negando-lhe ajuda quando se viu cercado

por insurgentes na sua própria casa. Ela deixou Medina na iminência de uma guerra civil para fazer a peregrinação a Meca, apesar dos protestos de várias autoridades de sua comitiva. Quanto a Ali, Aicha contribuiu para sua queda ao ficar ao lado da oposição armada que contestava sua legitimidade como quarto califa. Os historiadores chamam esse confronto de “batalha do Camelo”, referindo-se ao camelo que Aicha montou, evitando criar na memória das garotinhas muçulmanas uma associação entre o nome de uma mulher e o de uma batalha. No entanto, como não se pode apagar Aicha da história do Islã, nosso autor não pôde ignorá-la:

É verdade que Aicha combateu Ali ibn Abu Talib na batalha do Camelo [...] Mas esse ato individual de uma discípula [...] não pode ser reivindicado [para legitimar a participação das mulheres nos assuntos políticos], dado que o caminho de Deus e de seu Profeta é claro sobre isso. Ademais, é preciso não esquecer que esse ato individual de Aicha foi considerado pelos mais importantes discípulos um erro e condenado pelas outras esposas do Profeta. E, de qualquer modo, a própria Aicha se arrependeu de seu ato. Não é permitido, portanto, reivindicar a experiência de Aicha, que foi considerada uma *bid'a*. (Ibid.: 150)

Toda *bid'a* (inovação no Islã) é um desvio, uma escandalosa violação da tradição sagrada.

Outro historiador contemporâneo, Said al-Afghani, escolheu Aicha como tema de uma pesquisa que durou dez anos, com o propósito de, segundo o autor, esclarecer para o muçulmano, por meio dessa biografia, uma questão que se tornou urgente desde a modernização: a relação da mulher com a política. Essa biografia de Aicha foi publicada pela primeira vez em 1946, com um título que deixa bastante claro seu objetivo: *Aicha wa al-siyasa* (Aicha e a política). Deve-se a Said al-Afghani a publicação de dois outros importantes textos sobre Aicha que

só existiam até então sob a forma de obscuros manuscritos. O primeiro é uma coletânea de refutações e correções que Aicha realizou para alguns *hadiths* que, segundo ela, não foram bem registrados pelos discípulos do Profeta (AL-ZARKACHI, 1980). O segundo é um volume especial de *Siyar alam al-nubala*, de Al-Dahabi (1969), dedicado a uma biografia de Aicha. Zelando pela publicação desses dois documentos, Al-Afghani contribuiu incontestavelmente, enquanto historiador, para iluminar a personalidade de Aicha. Sua conclusão, no entanto, é que é essencial impedir às mulheres ter acesso à política. Mulher e política é uma combinação maléfica. Para ele, o exemplo de Aicha milita contra a participação das mulheres no exercício do poder. Aicha prova que “a mulher não foi criada para meter o nariz na política” (AL-AFGHANI, 1971: 341). Segundo ele, “o sangue dos muçulmanos foi derramado. Milhares de discípulos do Profeta foram mortos [...] Sábios, heróis das *futuhats* [conquistas], líderes eminentes deixaram ali a vida” (ibid.: 142), tudo isso devido à intervenção de Aicha na política. Ela não é responsável apenas pelo sangue derramado na batalha do Camelo, que iniciou a cisão do mundo muçulmano em dois (sunitas e xiitas) e que ela própria comandou, mas também por todas as perdas sofridas nas batalhas que a sucederam.

Naquele dia [o da batalha do Camelo], 15 mil pessoas foram mortas segundo as estimativas menos exageradas, e isso em poucas horas. E é melhor para você [leitor] ignorar o que aconteceu depois, na batalha de Nahrawan, na de Siffin e em todas as outras batalhas em que nós viramos as armas contra nós mesmos [...] E dizer que, pouco antes, Deus havia reunido as fileiras de muçulmanos e purgado seus corações do ódio [...] (Ibid.: 348)

Al-Afghani estava convencido de que, se Aicha não tivesse interferido nos assuntos públicos do Estado muçulmano, “a história muçulmana teria tomado o caminho da paz, do progresso e da

prosperidade” (ibidem). De acordo com ele, Deus queria, com a experiência de Aicha, ensinar uma lição aos muçulmanos: “Pode-se dizer que Deus criou as mulheres para reproduzir a raça, para educar as gerações e dirigir os lares, ele queria nos ensinar uma lição prática que não podemos esquecer” (ibid.: 342).

A batalha do Camelo é um farol na história dos muçulmanos, ela está lá, presente nos espíritos, para pôr os muçulmanos em alerta cada vez que uma vertente dessas, querendo imitar cegamente outras nações ao reivindicar os direitos políticos para as mulheres, se manifestar entre eles [...] A memória de Aicha deve ser considerada mais do que nunca nos dias de hoje, ela continua a dizer aos muçulmanos: “Veja como essa tentativa fracassou no seio de nossa história muçulmana!”. Não devemos repeti-la. Não devemos derramar sangue de novo, e destruir novos lares [...] Como podemos fazer uma coisa como essa tendo o exemplo ainda tão vivo de Aicha? (Ibid.: 246)

Essa tarefa que Al-Afghani atribuiu a si mesmo — dedicar boa parte da vida a redigir uma biografia cheia de lições para o futuro — foi recompensada por um enorme sucesso, tanto que a obra foi reeditada em 1971, em Beirute.

Mas em que fontes da história muçulmana Al-Afghani leu que Aicha, essa mulher “inigualável entre as mulheres e os homens de seu século” — e isso de acordo com os testemunhos de seus próprios contemporâneos —, foi uma assassina e uma insurgente? Em que autores ele encontrou a informação de que Aicha é responsável pelo sangue derramado no mundo muçulmano a partir de 4 de dezembro de 656? E, principalmente, em que fontes de história religiosa ele encontrou os argumentos que lhe permitiram generalizar, atribuindo o caso de Aicha a todas as outras mulheres e privando assim milhões de cidadãs de seus direitos políticos? Em que páginas de nossa história muçulmana, tão copiosamente documentada, ele encontrou, enquanto historiador

e especialista, os elementos que o habilitaram a excluir as mulheres da vida pública, a relegá-las ao lar e a reduzi-las ao papel silencioso de espectadoras?

Al-Afghani utilizou grandes nomes da literatura religiosa muçulmana, especialmente Al-Tabari, um dos monumentos mais inatacáveis dessa literatura: “Esse autor que goza, entre os historiadores, de uma reputação sem igual, é de uma probidade e de uma honestidade incontestes, referência maior para todos aqueles que o sucederam no trabalho de historiador [...]” (ibid.: 8). Os treze volumes da *Tarikh* de Al-Tabari são efetivamente um marco e um afresco deslumbrante para todos aqueles que querem conhecer os primeiros passos do Islã. Mas o leitor é avisado, na página 5, que Al-Tabari só começou a escrever seu *Tarikh* (história) para completar seu *Tafsir* (comentário, explicação do Alcorão), que inicialmente incluía nada menos que 30 mil páginas. Sua obra sobre a história é apenas um resumo de seu *Tafsir*, que ele acabou reduzindo a trinta volumes. Enorme é a tarefa daquele ou daquela que quer voltar às fontes! Então, armada desse desejo selvagem por conhecimento, li Al-Tabari e outros autores, especialmente Ibn Hicham, autor de *Al-Sira*, biografia do Profeta; Ibn Saad, autor de *Al-Tabaqat al-kubra* (As grandes aulas); Al-‘Asqalani, autor do repertório das biografias dos discípulos, *Al-Isaba*; e as coletâneas de *hadiths* de Al-Bukhari e Al-Nasai... e isso para compreender e esclarecer o mistério em torno da misoginia que as mulheres muçulmanas têm que enfrentar em 1986.

O Profeta muçulmano é um dos personagens históricos mais conhecidos de nossa história. Dispomos de informações fabulosas a seu respeito, detalhes sobre a maneira como ele dirigia as expedições, assim como miríades de descrições sobre sua vida privada, como se comportava com suas mulheres, seus problemas conjugais, suas preferências em matéria de comida, o que o fazia rir, o que o irritava etc. Deformar sua personalidade é impossível em países muçulmanos onde a educação religiosa começa na

pré-escola. Um estudioso muçulmano pode, no entanto, afirmar que o profeta Muhammad excluía as mulheres da vida pública e as relegava ao lar, mas, para tal, é preciso que lance mão de uma violência incrível contra Muhammad enquanto personagem histórico, a respeito do qual temos inúmeros documentos. A questão que se coloca então é a seguinte: até que ponto podemos violentar os textos sagrados?

Além de o texto sagrado sempre ter sido manipulado, sua manipulação é uma característica estrutural da prática do poder nas sociedades muçulmanas. Como todo poder, já desde o século VII, só era justificado pela religião, os desafios políticos e os interesses econômicos levaram à fabricação de falsos *hadiths*. O falso *hadith* é um testemunho alegando que o Profeta teria dito isso ou feito aquilo, o que permite, conseqüentemente, legitimar um fato ou uma atitude. Segundo as conjunturas, os desafios e as pressões políticas, os depositários do discurso religioso difundiam *hadiths* que legitimavam alguns privilégios e atendiam seus detentores; tanto que, desde as primeiras gerações, os especialistas sentiram a necessidade de criar uma ciência para detectar *hadiths* fabricados. O imã hambalita Ibn Qayim al-Jawziya tentou identificar alguns para demonstrar uma técnica de detecção de *hadiths* falsos, baseada na análise de seu conteúdo. Muitos deles revelam um lado cômico e não apenas uma estratégia política: o Profeta teria aconselhado um homem estéril a comer muitos ovos e cebolas, teria dito que o crente deve comer doces, que olhar um rosto bonito é uma forma de oração etc. (AL-JAWZIYA, 1982: 213). Veremos com o caso de Al-Bukhari, um dos fundadores da ciência do *isnad* (a cadeia de transmissão dos *hadiths* desde o Profeta) no século IX, como os muçulmanos desenvolveram essa ciência da comprovação dos *hadiths*, que se parece com a técnica de entrevistas e de trabalho de campo (causando inveja nos antropólogos do fim do século XIX). Podemos constatar que o período contemporâneo não constitui uma exceção quando se trata de travestir os privilégios e os interesses de tradição do Profeta.

Eu sabia que essa viagem para a qual me preparava não seria isenta de riscos. Não se vai às fontes para beber, mas para participar de outras celebrações mais misteriosas, como tudo o que se relaciona com a memória, e “toda celebração de um mistério”, nos diz Genet, “é perigosa, proibida, mas é uma festa quando acontece” (GENET, 1986: 495).

Lembrar, deslizar para o passado, é hoje uma atividade altamente monitorada. Em especial para as mulheres muçulmanas. O passaporte nem sempre é um direito. O ato de lembrar, assim como os atos de feitiçaria, na verdade, só age sobre o presente. E isso, por meio da manipulação estrita de seu oposto: o tempo dos mortos, o dos ausentes, o tempo do silêncio, que pode dizer tudo. O passado adormecido pode animar o presente, essa é a virtude da lembrança. Os mágicos sabem disso, os imãs também.

Cavalgar a sós pela memória, sem guardiões e sem guias. Escolher os caminhos, não propriamente proibidos (isso seria pueril), mas simplesmente aprazíveis, agradáveis, pouco trilhados, ainda inexplorados, talvez porque o poder nunca passou por ali. Seria pecado passear, ao prazer das leituras, pelos campos tão vastos da memória muçulmana, que é a minha? O Alcorão não significa, segundo o *Lisan al-‘arab* (A língua dos árabes), um famoso dicionário, simplesmente “ler”? Mas é possível “simplesmente” ler um texto em que o político e o sagrado se juntam, se fundem e se misturam a ponto de se tornarem indistintos? Não é apenas o presente que imãs e políticos querem controlar para assegurar nossa felicidade enquanto muçulmanos, é sobretudo o passado que está sob vigilância rigorosa e gestão totalitária, aplicada a todos, homens e mulheres. O que é vigiado e controlado, na verdade, é a memória-história. Até hoje, ninguém conseguiu proibir o acesso à memória-lembrança. Esta, como os beijos na adolescência, escapa aos censores que nem sabem qual é seu gosto. A memória-lembrança é uma aurora de alegria, que fala a língua das liberdades e dos florescimentos. Ela nos fala de um Profeta-amante, que pregou em pleno deserto uma língua estrangeira para sua mãe-tribo

e para seu pai-espada. Ela nos fala de um Profeta que disse coisas insensatas: da não violência à igualdade. Ele falou para uma aristocracia ferozmente orgulhosa e embriagada pelo arco e flecha.

Este livro não é um livro de história. A história é sempre uma linguagem de grupo, um relato ostensivo que escondemos sob capas de ouro e exibimos durante rituais de autocongratulação. Este livro pretende ser um relato-memória. Um deslizamento em direção a lugares onde a memória vacila, as datas ficam obscuras e os acontecimentos desaparecem lentamente, como nos sonhos que nos trazem força.

Este livro-navio só remonta aos séculos para extrair um suco fabuloso que faz crescer as nossas asas e nos permite planar em direção às novas estrelas, em direção à época ao mesmo tempo distante e próxima do começo da Hégira, quando o Profeta podia ser um amante e um líder hostil às hierarquias, quando as mulheres tinham seu lugar, parceiras incontestáveis de uma revolução que tornava a mesquita um local aberto, e o lar, um templo de contestação.

Levantemos velas e véus! Os do navio da memória, mas antes de tudo os de nossos contemporâneos que disfarçam o passado para velar nosso presente.